

**O ESCORIAL E A ORDEM DE SÃO JERÔNIMO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUITETURA RÉGIA E A IMAGEM DA
MONARQUIA HISPÂNICA NO REINADO DE FELIPE II**

CAMILA CRISTINA SOUZA LIMA^{1*}

INTRODUÇÃO

A arquitetura régia espanhola do século XVI financiada pelo monarca Felipe II revela-nos uma séria de elementos conscientemente ressaltados da ligação entre a austeridade desta monarquia e seu papel de defensora do catolicismo no contexto da Reforma Religiosa.

A religião é um dos mais importantes elementos de unificação da Monarquia Hispânica. A composição política de diversos reinos governados por um único homem traz consigo a dificuldade de se preservar elementos de cada uma dessas partes, ao mesmo tempo em que há o desejo régio de se criar mecanismos que reforcem a unidade (ainda que apenas a idéia de uma unidade). Isso se acentua com a incorporação de Portugal aos domínios dos Habsburgos espanhóis.

As considerações desse artigo sobre a relação entre os principais edifícios construídos na Península Ibérica e a ordem dos Jerônimos são parte da pesquisa de mestrado em andamento sobre o arquiteto Juan de Herrera, arquiteto de Felipe II e finalizador das obras do Monastério de San Lorenzo El Real Del Escorial, um dos principais símbolos deixados por esse reinado. Dessa forma, apresentamos idéias ainda não conclusivas e que integram outro esforço interpretativos sobre a História Ibérica Moderna.

A ARQUITETURA NA MONARQUIA HISPÂNICA

Felipe II era um monarca mecenas, mas entre as características pelas quais foi lembrado na historiografia, a imagem de um governante excessivamente burocrático é mais ainda uma das mais recorrentes entre aqueles que o citaram. Como já apontava Fernand Braudel, a distância era o principal inimigo do monarca e este problema se agravava pela extrema burocracia na tomada de decisões sobre seus

^{*} Mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani.

territórios (BRAUDEL,1987). Tudo devia passar pela aprovação do monarca. No que diz respeito ao patrimônio de palácios e coleções herdadas dos Habsburgos espanhóis, mecenato e burocracia se encontram. O órgão responsável por gerir, conservar e aumentar tais patrimônios era a *Junta de Obras y Bosques*. Criado ainda durante o reinado de Carlos V, segundo García Morales, este órgão demonstra a verdadeira obsessão dos reis da Casa D'Áustria por manter a herança familiar (GARCÍA MORALES, 1990), pensamento freqüente em muitos de seus documentos, entre eles as cartas de Felipe II às suas filhas, enquanto o rei se encontrava em Portugal (BOUZA ÁLVARES, 1998).

As pessoas que tinham funções dentro de *La Junta de Obras y Bosques* pertenciam ao grupo dos servidores do rei, e a ele competia sua eleição. Dentre as funções desse organismo autônomo, que não dependia de nenhuma outra instância, a não ser o rei, estava conservar e aumentar os patrimônios da coroa, ocupar-se dos funcionários ligados aos patrimônios da monarquia e criar as leis ligadas aos edifícios reais e para fazer parte da Junta era necessário ter nobreza comprovada.

Esse crescimento dos órgãos e dos cargos ligado à arquitetura, o que também acontece com a engenharia, a partir das iniciativas da coroa espanhola, principalmente no reinado de Felipe II, se deve, sobretudo, a tomada de centralidade das iniciativas régias a despeito das encomendas feitas por grandes nobres e religiosos espanhóis que exteriorizavam a configuração e as disputas de poder entre as forças presentes dentro da Espanha. Até a construção do Escorial, segundo Checa Cremades, a nobreza era a principal responsável por solicitar os serviços de artistas vindos da Itália, sendo, por isso, que a primeira tipologia construtiva renascentista realizada em território espanhol foi a do palácio (NIETO ALCAIDE; MORALES; CHECA CREMADES, 1993).

Nesse momento, devemos ressaltar que a ligação entre arquitetura e política a partir do pensamento renascentista italiano era um dos pontos marcantes do período. Como estudou Eugenio Garin, essa ligação era explicitamente expressa nos tratados de arquitetura do renascimento italiano. Seu estudo expõe essas idéias a partir da cidade ideal desenhada por Da Vinci. Além de se localizar ao longo de um rio, ou próximo do mar e de ser salubre, essa cidade também deve conter elementos que a coloquem como personificação da república, já que a referência de modelo político

ideal para o autor era republicano, sobretudo pensando na remodelação das cidades italianas. Os espaços a serem usados privilegiadamente por gentis-homens e pela população comum são facilmente distinguidos. Em suas palavras: “a cidade deve ser construída na medida do homem, no exercício de sua mais elevada atividade, o “gentil homem”, vive na luz e na harmonia, os edifícios, as ruas, os lugares deverão adequar-se a essa natureza.” (GARIN, 1996, p.59). O autor ainda afirma que eram muito comuns as referências em textos florentinos de fins do século XIV e início do século XV à comparação entre as instituições da cidade e seus edifícios.

Da mesma forma, nos tratados de arquitetura que circulavam pela Europa desse momento contribuía para difundir os elementos que davam aos edifícios a imagem de sua dignidade, o que era a expressão do decoro, ou seja, a adequação da imagem do edifício às suas funções e sua importância para uma cidade, um reino, ou para a cristandade. É a partir deste aspecto fundamental da arquitetura do século XVI que podemos avaliar os projetos levados a cabo pela coroa ao longo do reinado de Felipe II não somente como uma questão de gosto e de atualização em relação às novidades vindas da Itália, mas como a exteriorização desejada dos fundamentos do próprio poder dos Habsburgos na Península Ibérica.

O primeiro aspecto a se ressaltar é a valorização do cristianismo na península Ibérica ao longo dos séculos XVI e XVII. Nesse sentido, no momento em que Felipe II processava suas mudanças na arquitetura régia também são impressas inúmeras obras de História da Espanha que colocavam o período de presença muçulmana como a maior catástrofe do passado da península, o que pode ser percebido em seus edifícios. Vale lembrar que muitos edifícios muçulmanos permaneceram na Península Ibérica após a reconquista, ou seja, a postura desses textos de história dos séculos XVI e XVII não demonstravam uma atitude mais ampla de recusa completa do passado islâmico preexistente. (NIETO ALCAIDE, MORALES, CHECA CREMADES, 1993).

O livro do frei José de Sigüenza, *História primitiva y exacta del monasterio del Escorial* deixa explícito que a construção do Escorial vinha para suplantar uma memória indesejada. Podemos perceber esse desprezo ao passado medieval neste trecho de Sigüenza (SIGÜENZA, 2003,p.267):

“Luego, en poniendo los pies en los umbrales de la puerta principal, se comienza a descubrir una majestad grande y desusada en los edificios de España, que habia tantos siglos que estaba sepultada en la babárie ó grosería de los godos y árabes, que enseñoreándose de Ella por nuestro pecado, apenas nos dejaron luz de cosa buena, ni de primor, ni en letras, ni en las artes.”

A forma como o Siguenza constrói seu argumento sobre a elevação da arquitetura na construção do Escorial e do passado grosseiro e dominado pela barbárie que era deixado para traz se assemelha aos escritos renascentistas italianos. Podemos citar, entre eles, a carta de Rafael de Sanzio ao Papa Leão X, sobre seus estudos das ruínas de Roma, em que considera todas as obras edificadas nesse território ao longo da Idade Média apenas como elementos de degeneração da arquitetura clássica: “Mas depois que Roma foi totalmente arruinada e queimada pelos bárbaros, pareceu que aquele incêndio e lamentável ruína queimassem e arruinassem, junto com os edifícios, também a arte de edificar.” (ZANATTA, 2006, p.115).

Dessa maneira, as construções realizadas por Felipe II tinham como função se apropriar da linguagem clássica difundida a partir da Itália, que era aceita pelos homens letrados e atentos às discussões teóricas do momento e, a partir dessa linguagem reconhecida fora de seus domínios, criar uma imagem própria para o seu reinado. Dentre as inúmeras reformas que realizou, um edifício novo foi levantado com papel de destaque para satisfazer esse desejo: o Monastério de San Lorenzo El Real del Escorial.



Desenho anônimo da construção do Escorial – 1576. Reproduzido de Wilkinson-Zerner, C.

Esse grandioso monumento foi erguido na vila do Escorial, próximo à nova capital escolhida pelo soberano, Madrid. A escolha de uma nova capital também deve ser entendida como um aspecto de afirmação da centralização e burocratização empreendida pelo monarca, outro elemento unificador do período. Até o momento, Madrid era uma cidade de pouca importância política, sobretudo se comparada a Valladolid e Toledo, onde viviam muitos nobres e importantes membros da igreja. Dessa forma, a capital de Felipe II era construída sem ter que fazer à resistência dos antigos poderes da cidade, ou melhor, minimizando ao máximo o esforço do monarca em transformar esse núcleo na imagem pretendida do centro administrativo de uma monarquia que se considerava no momento de auge do seu poder. Além disso, a posição dessa cidade era favorável à sua nova dignidade de capital: praticamente no centro da Península Ibérica.

Assim, o monastério do Escorial se encontrava próximo ao novo centro de poder que se constituía. Próximo o suficiente da capital para que o rei pudesse se retirar quando estivesse sobrecarregado de pedidos de seus servidores, sem se distanciar demasiadamente de Madrid. Tal edifício era composto por palácio, onde o rei se acomodaria durante suas estadias; templo, uma das principais partes do projeto; biblioteca, com uma coleção de livros de caráter humanistas que deveriam ser consultados servidores da coroa; pelo mausoléu para os Habsburgos espanhóis (em especial, o Imperador Carlos V) e dos aposentos dos monges.

Os elementos arquitetônicos que se sobressaem neste conjunto de edifícios são normalmente atribuídos a Juan de Herrera, arquiteto do rei. Herrera continuou a obra iniciada por Juan Bautista de Toledo, que trouxera da Itália o estilo aprendido com Michelângelo. Se o primeiro responsável da obra lhe garantiu a linguagem reconhecidamente clássica, Herrera reforçou a austeridade e grandiosidade do edifício que exteriorizavam o próprio caráter da monarquia e de seu monarca. O edifício se insere na paisagem, rodeado de montanhas, grandioso em suas dimensões, extremamente austero, despojado de ornamentações em seu exterior.

Dessa forma, podemos ver o Escorial como o principal exemplo da imagem arquitetônica da monarquia de Felipe II. No entanto, essa imagem não se resume apenas a uma série de elementos que seguem as ordens arquitetônicas clássicas. Não é um classicismo puro o que pretende o monarca com tais obras, mas transparecer o que

fundamentava e unia seus territórios. Nesse sentido, a exaltação da defesa do cristianismo, mas com elementos que reforcem o papel da monarquia hispânica nessa defesa, é o principal aspecto que notamos em nossa pesquisa para compreender a simbologia arquitetônica da segunda metade do século XVI espanhol.

ELEMENTOS DE VALORIZAÇÃO DO CATOLICISMO IBÉRICO NA ARQUITETURA RÉGIA DE FELIPE II

O Escorial tinha como propósito declarado em boa parte da documentação do período, fazer homenagem a San Lourenzo, devido à vitória na Batalha de San Quintín ter se dado justamente no dia deste santo. Esse nos aparece como um primeiro elemento que ressalta a valorização de uma religiosidade católica hispânica, já que se tratava de um santo mártir nascido na península, justamente no momento em que o monarca se afirmava como defensor da fé cristã tridentina junto à Roma.

Podemos perceber essa valorização da imagem de San Lorenzo no poema de Luis Cabrera de Córdoba intitulado *Laurentina*. (CABRERA DE CÓRDOBA, 1975). Devemos ressaltar que Cabrera de Córdoba foi um autor mais conhecido pela historiografia como historiador de Felipe II. Foi como um embaixador ambulante de Felipe II e destes serviços ao monarca, pôde acumular uma infinidade de anotações sobre o funcionamento desse reinado. Além das inúmeras obras de história que puderam ser escritas devido à essa trajetória do autor, a *Laurentina* é uma exceção dentro de seus escritos e é uma obra que não permaneceu integralmente no tempo. Como autor culto, Cabrera escolheu o título carregado de evocação clássica: *Laurentina*, canto a San Laurencio.

Mesmo declarando que não sabia exatamente os motivos que levaram Felipe II a construir esse monastério, Cabrera coloca explicitamente (CABRERA DE CÓRDOBA, 1975, p.119):

“Este fue San Laurencio, nuestro hispano
fénix divina en fuego renovada,
en cuyo santo día soberano
se obtuvo la victoria señalada,
que la discordia y su furor tirano
dejó en el hondo abismo sepultada,
y sacó de la guerra paz dichosa,
y la pérdida hizo provechosa.

Porque, viendo Laurencio invocado
su nombre de Felipe invicto fuera,
que en su querida patria ha dominado,
como a su natural favorecida;
mas, porque era él de Francia bautizado,
aunque la gran victoria no le diera.
hizo que el premio todo lo gozase,
y sólo el vencedor honra sacase.”

Outro importante historiador do monarca foi frei José de Siguenza, da ordem dos Jerônimos. Siguenza é o autor da principal fonte sobre a construção do Escorial, retido por ter acompanhado o desenrolar de boa parte processo de edificação deste ambicioso projeto e, a partir disso, ter escrito a *História primitiva y exacta del monasterio del Escorial*. Segundo o autor, o homenagem a San Lorenzo pode ser assim explicada (SIGUENZA, 2003, p.13):

“Fue ésta la primera de las victorias que tuvo Felipe II, y acerto por celestial acuerdo a ser en 10 días de Agosto, fiesta del glorioso mártir San Lorenzo, español, á quien su niñez tuvo este piadoso Príncipe singular devoción: entendió que un principio tan ilustre de sus cosas le venia por su favor e intercesiones en el cielo, y así, desde aquel punto, concibió en su pecho un alto propósito de hacerle algun señalado servicio.”

Ou seja, esse é um edifício para lembrar como o monarca que se manteve católico foi agraciado com a proteção do santo hispânico enquanto defendia a fé cristã verdadeira, segundo sua postura nesse contexto turbulento de agitação e fragmentação da cristandade. A valorização da fé cristã católica pode ser percebida ainda nas palavras de Cabrera e Córdoba como uma das preocupações de Felipe II ao construir juntamente com o Escorial um símbolo de seu reinado (CABRERA DE CÓRDOBA, 1975, p.129):

“Todos, en general, septentrionales
están de la herejía enamorados.
como los de las partes orientales
en su anchura vida muy cebados.
Siguen la misma los meridionales
como bárbaros, brutos, ya privados
del uso racional, con muchos vicios,
hacen a su Mahoma sacrificios.

Italia ha mucho tiempo que floresce
en santidad y fe que ha conservado
y, como nuestra España, resplandece
con el favor que le ha comunicado;
que aquí se cria, aquí se aumenta y crece
en el regazo dulce y regalado
de los censores santos, que la amparan
y de sua enemigos la reparan.

Privaros, luteranos infernales,
turcos bárbaros, escitas inhumanos,
de gozar los secretos celestiales
que comunica Dios a sus cristianos,
que vuestras sectas son irracionales,
llenas de ceremonias, ritos vanos,
y no gozáis jamás de los oficios,
que la Iglesia hace a Dios y sacrificios.”

Em todo o poema, essa defesa da fé católica parece estar mais destacada no seguinte trecho, em que o autor ressalta o caráter do Escorial como um “templo santo” (CABRERA DE CÓRDOBA, 1975, ?):

“Si entrádes em este templo santo,
que por el gran Felipe se há fundado,
amor os causaría y grande espanto,
el verle de mil joyas adornado
y más su celestial y sacro canto
con que el Señor del Cielo es alabado,
y sus misterios grandes celestiales,
y de todos su santos inmortales.”

Cabrera deixa explicito o quanto aquele “templo santo” do Escorial era um símbolo que qualquer protestante ou infiel que pudesse ter o privilégio de adentrar perceberia sua riqueza, grandiosidade e o quanto toda aquela opulência coerente com a riqueza daquela fé, quase como um sinal afirmativo como a fé verdadeira.

A ligação entre o Escorial e o Templo de Salomão também aparece claramente nas palavras do Frei José de Sigüenza, que acompanhou as obras do Escorial junto com o monarca. Essa retomada dos símbolos reais do Antigo Testamento, como também considera Fernando Checa, é uma maneira de valorização de uma antiguidade

não pagã e imediatamente anterior ao cristianismo, sendo uma espécie de “cristianização da antiguidade” compatibilizando a retomada de um passado clássico renascentista com os ideais de enaltecimento do cristianismo, agora como catolicismo tridentino.

Como outro elemento fundamental para se compreender a valorização da especificidade hispânica para a defesa da fé católica é a presença dos monges jerônimos nos espaços construídos para exteriorizar a monarquia nesse contexto. Na Península Ibérica, dois importantes edifícios construídos pela monarquia foram habitados por monges da ordem de São Jerônimo. Primeiramente o mosteiro de Santa Maria de Belém, cujas construções se iniciaram em 1501, foi entregue aos Jerônimos e muitas vezes é mais conhecido pelo nome da ordem que o ocupa do que o original. Em segundo lugar, o mosteiro de San Lorenzo El Real Del Escorial, iniciado em 1563. Também, o mosteiro de Yuste, escolhido como lugar de recolhimento para os últimos dias do Imperador Carlos V, pai de Felipe II, era habitado por esses religiosos, bem como muitos outros que receberam heranças e doações de inúmeros nobres, desde os primeiros anos da existência dessa ordem.

Sobre a escolha desses religiosos para habitar o Escorial escreve o frei José de Sigüenza:

“(…) y aunque es verdad que él [Felipe II] desde sus primeros años habia tenido particularísima devocion á Ordem de San Jerónimo, no se puede negar sino que haberla escogido su padre para acabar el último tércio de su vida y estar en ella sepultado, le fué gran despertador para resolverse en sus intentos.”(SIGÜENZA, 2003, p.18.)

Além desses dois edifícios de grande importância da visibilidade e perpetuação da imagem dos monarcas que os idealizaram, Ordem dos Monges de São Jerônimo guarda inúmeras especificidades e ligações estreitas com o território ibérico e suas monarquias. A ordem tinha se originado da experiência eremítica do final da Idade Média e era exclusiva da Península Ibérica. No entanto, a concepção de pobreza de que tinha surgido a ordem não se mantém. Em um estudo de José Rodríguez Molina, da Universidade de Granada, podemos perceber uma extensa lista de doações realizadas por membros da monarquia espanhola para as fundações religiosas dos monges jerônimos e suas intensas relações com a nobreza espanhola. Um exemplo é o mosteiro

escolhido por Carlos V, pai de Felipe II, para passar seus últimos anos de vida, San Jerónimo de Yuste, em Cáceres, que existia desde 1407, mas teve suas dependências ampliadas para receber em 1556 o imperador e as pessoas que o acompanhavam, que contavam em número de sessenta ou setenta. Também, muitos conventos e mosteiros foram fundados por D. Enrique Enríquez de Guzmán, tio de rei Católico, Fernando de Aragão (RODRÍGUEZ MOLINA, 2009).

A relação entre os jerônimos, os governantes na Península Ibérica e pessoas próximas à corte se mostra como um aspecto importante das relações entre Igreja e monarquia no século XVI espanhol. Para os monges, segundo Mattoso, não havia incoerência entre essas doações e os ideais de pobreza valorizados pela Igreja, pois as doações traziam alívio espiritual àqueles que a realizavam (MATTOSO, 2000). No entanto, essa consideração não soluciona o nosso problema em compreender os motivos que faziam os monarcas estarem tão próximos dos monges jerônimos. Esse é um dos pontos que surgiram como indagações nessa etapa da pesquisa e que ainda não tem uma resposta consistente, sobretudo devido à falta de bibliografia acessível, sendo que a biblioteca da Casa de Portugal foi a única consultada que tinha em seu acervo livros que tratassem especificamente sobre a ordem dos Jerônimos.

Ainda assim, podemos levantar uma hipótese sobre a relação entre as construções vultuosas de Portugal e Espanha do século XVI terem monges jerônimos em suas dependências, baseada em algumas sugestões percebidas na leitura bibliográfica.

No livro *Demeures D'Éternité* (GUILLAUME, 2005) o autor aponta que em carta de Felipe II ao Frei Juan de Borja, escrita em Guadalupe, em 1572, o monarca expressa sua admiração ao Mosteiro dos Jerônimos em Belém. O autor classifica esse interesse do rei espanhol como uma “admiração ciumenta” e aponta a rivalidade em termos monumentais com essa obra para a construção do Escorial: Felipe II então desejava um edifício como o é o Mosteiro de Nossa Senhora de Belém para Portugal. Dessa forma, ainda segundo o autor, a Ordem dos Jerônimos ganha vulto também como uma forma de unificar a península, o que já estava dado na política através da prática de casamentos de Dom Manuel com espanholas.

Vale lembrar que o autor português Domingos Tavares (TAVARES, 2005), mesmo ao ressaltar as contribuições Portugal junto à monarquia

espanhola a partir da União das Coroas Ibéricas, não defende que as construções de Felipe II foram realizadas por motivo de inveja de Portugal – mas ressalta que há contribuições de Portugal para a cultura espanhola com a União das Coroas Ibéricas. Essa mesma postura se mantém nos trabalhos de Catherine Wilkinson-Zerner (WILKINSON-ZERNER, 1993) e George Kluber (KLUBER, 1959).

Ainda podemos salientar na leitura da documentação estudada, ainda que apenas estarem conservados os cantos primeiro, vigésimo terceiro, vigésimo quarto, vigésimo quinto, vigésimo sexto, vigésimo sétimo e vigésimo oitavo da *Laurentina*, algumas das palavras que nos foram deixadas podem reforçar a hipótese posta acima. No prólogo o autor expõe sua proposta e salienta a importância da incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica, como se pode perceber em suas palavras: “El rio Tajo, viendo que V. M. goza ya todo lo que él baña, por ser cosa que él en extremo deseaba, determina de hacer una fiesta y tirunfo para celebrar estos felices sucesos.” (CABRERA DE CÓRDOBA, 1975, p.23)

Ainda no prólogo, Cabrera se detém na fundação de Lisboa, na sucessão dos reis portugueses com a prematura morte de Dom Sebastião, fala das ordens militares de Alcântara, Calatrava e Santiago. Também trata dos primeiros reis povoadores da Espanha, desde Ataulfo até Rodrigo, último dos Godos e desde Pelayo até os dias do reinado de Felipe II. Também canta a entrada de Felipe II em Portugal, depois da vitória do rei contra Filipo Strocí para só então começar a descrição do Escorial. Essa descrição não pretende se figurar com caráter técnico de arquiteto, mas como poeta.

Apesar de ainda ser uma hipótese, essa preocupação com a incorporação do Reino de Portugal aos domínios de Felipe II parece influenciar consideravelmente as pretensões arquitetônicas do monarca. Mesmo tendo sido iniciado antes da União das Coroas Ibéricas, essa significação pode ter sido incorporada ao Escorial ao longo do governo de Felipe II e nas interpretações pouco posteriores a esse reinado. Criar uma linguagem política através de uma estética partilhada pode ter como um dos principais objetivos a afirmação e defesa desse pertencimento para o reino que estava a menos tempo dentro dessa lógica, Portugal, juntamente com os demais territórios governados por esse monarca. Nesse ponto, ressaltar o que havia de ibérico, juntamente com o que era visto como espanhol estava no centro dessa mensagem, o que

nos ajudaria a entender, ou melhor, a formular uma hipótese sobre a preferência pela Ordem dos Jerônimos como residentes nas construções mais destacadas da monarquia hispânica, assim como já estavam presentes no Mosteiro de Belém, realizado em Lisboa por Dom Manuel I.

Também, como considera Bouza Álvares (BOUZA ÁLVARES, 1998), Portugal é incorporado à Monarquia Hispânica por Felipe II quando esse não se encontrava no melhor momento de seu reinado. Após a Batalha de Lepanto, no início da década de 80 do século XVI os turcos já se mostravam recuperados e um inimigo que não devia ser ignorado, além das inúmeras rebeliões dos neerlandeses que deveriam ser enfrentadas. Dessa forma, e a incorporação do reino vizinho, unificando a administração da Península Ibérica, mostrava-se como uma grande possibilidade de enfrentar os desafios do monarca Habsburgo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ordem dos Jerônimos como elemento que ressalta a busca da valorização de aspectos especificamente ibéricos do catolicismo durante reinado de Felipe II, sobretudo reforçado a partir da União das Coroas Ibéricas, ainda é uma hipótese que devemos aprofundar para a finalização da pesquisa de mestrado que estamos desenvolvendo cujo título é *Arte, Técnica e Política: a arquitetura régia de Juan de Herrera e o projeto político de Felipe II da Espanha (1572 – 1597)*.

Esperamos, contudo, contribuir com algumas indagações que surgiram ao longo da investigação, mais do que uma resolução para a questão proposta.

FONTES

BOUZA ÁLVARES, F. J. (org., introd. e notas). **Cartas para duas infantas meninas:** Portugal na Correspondência de Filipe I para suas Filhas (1581-1583). Lisboa: Dom Quixote; Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CABRERA DE CORDOBA, L. (c.1590). **Laurentina.** Edição de Lucrecia Perez Blanco. Madrid: Villena, 1975.

DI TEODORO, F. P. **Rafael, Baldessar Castiglione e la lettere a Leone X sulle rovine di Roma.** Bologna: Nuova Alfa, 1996.

SIGÜENZA, Frei J. **História primitiva y exacta del monasterio del Escorial**. Escrita en el siglo XVI por el Padre Fray José de Sigüenza bibliotecario del Monasterio y Primer Historiador de Felipe II, arreglada por D. Miguel Sánchez y Pinillos. Madrid: Imprenta y Fundación de M. Tello, Impresor de Câmara de S. M. Isabel la Católica, 23, 1881. Edición Fac-simile. Valladolid: Editorial Maxtor, 2003, p.264.

BIBLIOGRAFIA

BRAUDEL, F. **El mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

CÁMARA MUÑOZ, A. **Arquitectura y Sociedad en el Siglo de Oro**. Madrid: Ediciones El Arquero Textos Universitarios, 1990.

GARCÍA MORALES, M. V. *Los artistas que trabajan para el Rey: La Junta de Obras y Bosques*. **Espacio, Tiempo y Forma**, Serie VI, Historia del Arte, t. 3, 1990, págs. 123-136.

GARIN, Eugenio. **Ciência e Vida Civil no Renascimento**. São Paulo: Editora UNESP, 1996,

GUILLAUME, J. (org.). **Demeures D'Éternité**. Eglises ET chappelles funéraires aux XVe ET XVIe siècles. Paris: Picard, 2005.

HESPAÑA, A. M. *Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime*. In: idem (org). **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp.07-89.

JIMÉNES DÍAZ, P. **El coleccionismo manierista de los Austrias**. Entre Felipe II y Rodolfo II. Espanha (sem cidade): Sociedad Estatal para la Commemoración de los Centenarios de Felipe II e Carlos V, c. 1997.

KAGAN, R.L. *Clío y la corona: escribir historia en la España de los Austrias*. In: KAGAN, R.L.; PARKER, G. (eds.). **España, Europa y el mundo Atlántico**. Madrid: Marcial Pons; Junta de Castilla y León, 2001, 113-150.

KUBLER, M. S. G. **Art and Architecture in Spain and Portugal and Their American Dominions (1500 to 1800)**. Bradford: Penguin Books, 1959.

MATTOSO, J. **Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.

MEGIANI, A. P. T. **O Rei Ausente**. São Paulo: Alameda, 2004.

NIETO ALCAIDE, V. M.; MORALES, A. e CHECA, F. **Arquitectura del renacimiento en España, 1488-1599**. Madrid: Cátedra, 1993.

PARKER, G. **Felipe II**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

SANTILLANA, G. de. **O papel da arte no renascimento científico**. São Paulo: FAUUSP, 1981.

SANTOS, Cândido Dias dos. **Os monges Jerônimos em Portugal na Época dos Descobrimentos**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª Ed., 1984.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

RODRÍGUEZ MOLINA, J. *El monasterio de San Jeronimo de Granada. Patrimonio y "más allá"*. In: **Gazeta de Antropogía**, n. 25, 2009. Disponível na web em: http://www.ugr.es/~pwlac/G25_15Jose_Rodriguez_Molina.html Acesso em 22/jan./2010.

TAVARES, D. **Juan de Herrera**: disciplina na arquitectura. Porto: Editora Dafne, 2005.

SOUSA, Maria Luiza Zanatta de. **Carta de Rafael Sanzio – Catilione ao Papa Leão X e sua importância para o estudo da arquitetura e urbanismo do período do Renascimento**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006, p116.

WARNKE, M. **O artista da corte**: Os antecedentes dos artistas modernos. Trad. Maria Clara Cestato. São Paulo: Edusp, 2001.

WILKINSON-ZERNER, C. **Juan de Herrera**: Architect to Philip II of Spain. London: Yale University Press, 1993.